

Resenha bibliográfica

Benjamin, Claude. Une question éducative de fond: les valeurs. *Educ. Canada*, Toronto, 21(4) : 40-5, Winter 1981.

Pode-se dizer que o ensino primário e secundário na província de Quebec recebe um novo alento pela instituição de *L'école québécoise*, com programas mais articulados e precisos que substituirão em breve os atuais; várias outras medidas (como a adoção de novos manuais de ensino) virão influenciar vantajosamente o ensino em nosso meio, pois são inspiradas por novas finalidades e por valores éticos. Ora, é justamente no nível dos valores éticos a transmitir que deixam a desejar nossas escolas, sobretudo quando não podem contar com a ação concreta da família, freqüentemente condicionadora de atitudes e comportamentos.

Devemos admitir que atravessamos uma crise de valores, que deve ser atribuída com razão a uma rápida evolução das condições sociais. O conflito de valores entre os jovens resulta do "vácuo sócio-cultural" em que vêm sendo educados e, entre outros autores, Margaret Mead salienta o "fosso existente entre as gerações".

Nossas sociedades modernas, urbanizadas e sob o influxo do poderoso desenvolvimento da ciência e da tecnologia, são muito complexas e a partilha de qualquer autoridade se torna cada vez mais frágil e diluída. O comportamento dos adultos, absorvidos pela idéia do consumo a todo custo, perturba os jovens que procuram uma existência mais idealista. Lembremos a excelente regra da educação: pregar antes pelo exemplo que pela palavra.

Depois de uma análise minuciosa das contradições existentes em nosso mundo de hoje, o autor termina indicando as bases de um projeto educativo significante.

Os pais serão chamados a desempenhar um papel de primeiro plano na elaboração do projeto educativo da escola. Ora, deve-se salientar que todo projeto educativo eficiente deve repousar sobre valores bem definidos e apropriados ao meio em que se vive.

Se há um domínio que não deve ser deixado ao encargo apenas da escola é justamente a essência dos valores que se transmitem pela vivência diária.

Tanto na família como na escola não cabe impor valores morais e intelectuais sob a forma de decretos, pois tais valores residem no âmbito mais profundo do ser humano. É sobretudo uma questão de motivação profunda, mas é necessário

que os adultos — os professores e em especial os pais — estejam imbuídos desses valores, que por eles condicionem suas vidas, desejando verdadeiramente transmiti-los às crianças.

Nota do Tradutor: O autor se refere à província canadense de Quebec, mas é evidente que a aplicação de seus conceitos é de natureza universal e eu acrescentaria que muito especialmente atinente às condições brasileiras.

O. M.

D'Amorim, Maria Alice. Atitudes de pais e professores em relação à educação sexual na escola de 1º grau. *Arq. bras. Psic.*, Rio de Janeiro, 34(3) : 12-7, jul./set. 1982.

O artigo se baseia em duas pesquisas (orientadas pela autora e realizadas a pedido da Secretaria da Educação da Paraíba) na área de educação da UFPb, como requisito para o curso de mestrado de duas formandas em psicologia; encarregou-se uma do estudo das atitudes dos pais e outra do posicionamento dos professores de escolas primárias. Dez especialistas em educação, cedidas pela Secretaria, participaram do trabalho. A autora visa à integração das duas pesquisas que, embora por ela orientadas e correlacionadas entre si, constituíram dois estudos isolados.

Depois de mencionados trabalhos anteriores sobre o assunto, passa-se à descrição comparativa das amostras, cujos sujeitos foram predominantemente do sexo feminino. São na maior parte de origem urbana, classes econômicas diversas, apresentando um alto nível de religiosidade. Vários outros detalhes sobre as amostras são registrados no artigo.

Os pais entrevistados — que como os professores são predominantemente do sexo feminino — revelaram-se em sua maioria (72%) a favor da educação sexual nas escolas, declarando (72%) não falar em sexo com os filhos e, embora gostassem de poder fazê-lo (70%), sentiam necessidade de maiores conhecimentos sobre o assunto (83%), e desejando alguma forma de treinamento para isto (64%).

Por seu lado, os professores aceitariam dar aulas avulsas de educação sexual (66%), mas em sua quase totalidade (96%) consideravam-se insuficientemente preparados e, desses, 81% desejariam também ser treinados para esse fim.

O quadro da p. 15 registra em detalhe alguns aspectos da educação sexual. Quanto ao agente das informações, 48% dos pais acham que deve ser a escola, enquanto 78% dos professores opinam no sentido de elas serem dadas na escola e no lar. Para o maior grupo de pais (48%) a idade de início da educação sexual deve corresponder à faixa dos 11 aos 14 anos, ao passo que 43% dos professores indicam a faixa de 7 a 10 anos.

De uma lista de 23 assuntos ligados à sexualidade que foi apresentada a ambos os grupos (p. 16 quadro 2), 14 deles receberam percentagens de aceitação praticamente iguais por parte dos pais e dos professores, variando as percentagens referentes a cada item entre 61% (inseminação artificial) a 38% (mudanças físicas e hormonais na puberdade); oito dos itens receberam aceitações com diferenças estatisticamente significantes entre os dois grupos, embora não fossem essas diferenças muito acentuadas; finalmente, um item (anatomia e fisiologia do aparelho sexual externo masculino) figura com aceitação de 75% pelos professores, sem constar na lista dos pais. *

Além das duas pesquisas, a autora realizou uma outra somente com os pais, sobre a qual não dá grandes detalhes. Basta indicar que, entre os assuntos que receberam maior número de condenação, constam as relações sexuais antes do casamento, a amizade entre homossexuais, o aborto, a gravidez sem casamento e a pornografia; por outro lado, era exigida a virgindade feminina antes do casamento.

**Nota do Autor:* Não é impossível que se trate de erro tipográfico, pois o item anatomia e fisiologia do aparelho sexual externo feminino figura na lista dos pais com 80% de aceitações.

O. M.

Ferreira, Célia Faria & Raphael, Maria José Duarte. Projeto Gaivota: escola e comunidade. *Educação*, Brasília, 11(27) : 24–7, jan./mar. 1982.

A aventura de viver se torna ainda mais fascinante se é dedicada a fazer alguma coisa para o ser humano, porém coisa científica que se estenda a muitos seres humanos, independentemente de credo, cor, nível sócio-econômico, mas não de idade, pois o trabalho dos autores se prende à faixa dos dois aos seis anos, uma das mais decisivas da vida: crianças da periferia urbana que ficam soltas, sozinhas (ou com elas).

Esta experiência é o Projeto Gaivota, que tem longa história. Enquanto as crianças de nível médio ou elevado têm babás, escolas e vários incentivos estimulantes, as das classes inferiores não têm nada disso, brincam como podem, a sós, a esmo: no Brasil, dos 24 milhões de crianças abaixo de sete anos, 22 milhões estão sem atendimento pré-escolar, fato que constitui – segundo um autor citado – o primeiro dos desafios da educação brasileira.

A pré-escola é uma instituição cara. Que fazer, então? Para solução deste problema foi idealizada uma metodologia própria, usando-se espaços ociosos e materiais trazidos pelos próprios alunos, que demonstraram grande criatividade. O projeto foi apresentado à Universidade Federal de Juiz de Fora, recebeu aprovação de seus órgãos superiores e obteve muitos colaboradores para sua realização, na maioria voluntários, elementos da comunidade e estudantes da universidade. O desafio foi aceito, passando logo a atender 104 crianças de ambos os sexos e de idades de dois a seis anos.

Como seria possível, sem limite físico, paredes ou salas, trabalhar-se com crianças de idades e interesses tão diversificados? A experiência – já agora com duração de ano e meio – mostrou ser tarefa difícil, mas não impossível.

Isto não quer dizer que o Gaivota procure negar a escola comum ou com ela competir. Defende, pelo contrário, a criação de maior número de escolas para as crianças. Aceita-se a criança sem lhe impor verdades: ela tem sempre possibilidade de escolhas e se lhe dá permissão de extravasar sua imaginação, criando seus próprios materiais.

Dentro desta filosofia da educação, o Gaivota vem conseguindo a colaboração da família (parte importante do projeto), bem como o envolvimento da comunidade em geral. O artigo apresenta ainda vários detalhes que exemplificam seus métodos de trabalho, assim como o tipo de colaboração que recebe das famílias.

O número de classificação da revista na biblioteca da FGV é 370. 98105 E 24.

O. M.

Ingenkanp, K & Wolf, B. Research in oral secondary school leaving examinations in Germany. *Br. J. educ. Psych.*, Edinburg. 52(3) : 341 — 9, Nov. 1982.

As provas orais constituem parte considerável dos exames realizados nos sistemas educacionais de quase todos os países, mas têm sido objeto de pequeno número de pesquisas, provavelmente pela ausência de meios eficientes de investigação.

Os resultados já obtidos, que freqüentemente indicam para elas fracos coeficientes de precisão e de validade, não impedem a crença de muitos examinadores de que tais provas lhes permitem melhor visão dos conhecimentos dos examinandos, por meio de uma exploração psicológica que não pode ser alcançada nos exames escritos, em especial quando são de julgamento objetivo.

Além disso, nas duas últimas décadas têm sido identificados certos fatores estranhos aos exames (como informações sobre as condições sociais da família dos examinandos, os resultados escolares por eles obtidos anteriormente) e, algumas vezes, uma associação com o sexo e outras características pessoais.

Cabe agora descrever os métodos gerais empregados nos exames finais da escola secundária alemã, sobre os quais versou a pesquisa. Regulamentados por cada escola, são denominados *Abitur*, realizando-se no final da 13ª série e compreendendo uma prova escrita e uma oral. As notas obtidas pelos alunos nas duas últimas séries são combinadas para lhes dar uma "nota preliminar", que determina sua participação na prova escrita. Ela consta de quatro assuntos gerais, devendo então o examinando submeter-se a um exame oral, caso haja diferenças sensíveis entre a "nota preliminar" e a da prova escrita. No dia do exame, o estudante recebe, com 20 a 30 minutos de antecedência, os tópicos que serão assunto do exame. Todos os professores (ou pelo menos todos os da 13ª série) estão presentes ao exame e um representante do Departamento de Educação também pode intervir durante a prova. A nota final é dada por três professores, que não a concedem senão depois de uma discussão entre si.

Para a realização da pesquisa, objeto do artigo, Wolf teve oportunidade de registrar em vídeo-teipe as provas orais realizadas por duas alunas — uma de literatura e outra de geografia — obtendo depois a colaboração de vários professores de ensino secundário sobre as provas assim registradas.

Submetidos os dados a uma análise fatorial, foram identificados vários fatores espúrios que exerciam grande influência sobre as notas concedidas, fazendo o autor sugestões no sentido de diminuir-lhes essa influência.

O conceito final do autor sobre as provas orais é muito bem traduzido por uma frase irônica pela qual termina o artigo. Se não lhe forem introduzidos alguns processos corretivos, "a prova oral continuará a apresentar maiores semelhanças com um jogo de azar que com um diagnóstico de aproveitamento".

A bibliografia do artigo contém 34 referências e o número de classificação da revista na biblioteca da FGV é 370.1505 B 862p.

O. M.